

EDUARDO BRITO

CORREIO BRAZILIENSE

5 AGO 1990

Sem decidir

Congresso

O fim do recesso parlamentar deu origem a uma espécie não totalmente inédita de representação. Temerosos de parecerem culpados de absenteísmo remunerado perante um eleitorado



que já dá mostras de irritação, deputados e senadores fingem realizar sessões normais, esboçam pronunciamentos exaltados e elaboram até ordens-do-dia recheadas de projetos, como se pudessem entrar em votação. Na prática, como todo mundo sabe, nada disso vale. E o recesso branco, nome pelo qual se costuma chamar esses períodos cíclicos de ausência, termina servindo apenas para que a TV e as fotos de jornal mostrem plenários vazios. A emenda sai pior que o soneto.

Há uma extensa lista de projetos que, em tese, estão prontos para ser votados. É possível encontrar parlamentares dispostos a, durante meteóricas passagens por Brasília, discutir suas propostas como se elas fossem transformar-se em leis amanhã mesmo, mudando os destinos do País. Todos, porém, sabem que isso é impossível, pois só excepcionalmente haverá quorum.

Na verdade, apenas dois projetos podem efetivamente ser votados neste período. O Código de Defesa do Consumidor e a Lei de Custeio e Benefícios da Previdência dependem apenas da aprovação do Senado. E no Senado não é tão difícil conseguir número. É que apenas um terço dos senadores terá seu mandato renovado este ano.

Basta fazer as contas. Como uma cadeira, do Amazonas, está vaga, acham-se no exercício do cargo 74 senadores. Deles, 24 terminam o mandato, mas só nove destes disputam areeleição, enquanto seis concorrem a outros cargos. Restam ainda nove. É verdade que, dos 50 que permanecem, 16 candida-

tam-se a governador e estão em plena campanha. Mesmo assim são 43 os que não encontram maiores obstáculos para comparecer, compondo maioria.

Na Câmara é que o problema se mostra praticamente incontornável. Mais de 75 por cento dos deputados concorrem à reeleição ou a algum outro cargo. A campanha mostra-se duríssima, mais até do que o esperado, como revelam os poucos que se arriscaram a comparecer à Brasília nestes dois últimos dias. Com isso, eles se vêm entre dois fogos.

Caso simplesmente esquecerem o plenário e se dedicarem às bases serão acusados de receber régios salários sem trabalhar. Esse aliás já é o mote de muitas campanhas em vários estados, especialmente no Sul. Do outro lado, porém, abandonar a campanha significa deixar campo aberto a adversários que certamente lá estarão. Não por acaso, a maior parte das vagas deixadas por deputados federais e senadores que não se reelegem termina preenchida por deputados estaduais e, em menor escala, por ex-prefeitos.

Só um tema de grande repercussão e grandes dividendos eleitorais poderá eventualmente garantir quorum, mesmo assim restrito aos esforços concentrados. "Excluindo o que depende apenas do Senado, a política salarial é a única questão capaz de trazer os parlamentares a Brasília", admite o líder do PSDB, Euclides Scalco. Só que, reconhecidamente, o Congresso aí se verá preso em uma barreira de vetos, excetuando a improvável hipótese de reunir maioria absoluta de votos para derrubá-los.

O Senado estabeleceu na semana passada um calendário ameno de votações. A Câmara preferiu até fugir da tradicional expressão esforço concentrado ao marcar dois períodos de votação. De qualquer forma, sabe-se de antemão que pouco o Legislativo decidirá até o final do ano, quando se tentará montar o rush de votações que constitui praxe.